

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALE DO SÃO FRANCISCO - DF**

Ref.: Pregão Eletrônico nº. 90018/2024

Objeto: Fornecimento de Máquinas Pesadas (Escavadeiras)

XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. (“Recorrente”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Federal BR-381, sem número, km 844/855, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.556-830, presente neste ato na forma de seu contrato social, por seu representante legal, vem, perante Vossa Excelência, com fulcro na cláusula 5.3, do Edital, cumulado com artigo 4º, inciso XVIII, da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, e artigo 44, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, apresentar suas

RAZÕES RECURSAIS

contra a r. decisão proferida nos autos do processo licitatório em epígrafe que declarou vencedor dos itens 1, 2 e 8, do Edital, o licitante **CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA.** (“Recorrido”), pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o número 11.239.764/0001-50, com sede na ST Scia Quadra 14, número 11, Lote 04, Parte A, Zona Industrial, Brasília, Distrito Federal, CEP: 71.250-155, e CNPJ/MF sob o número 11.239.764/0002-31, com filial na Rua Pacova, número 15, quadra 41, lote 168, sala 04, Bairro Santa Genoveva, no município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.672-370, pugnando para que seja reconsiderada a decisão recorrida ou seja as razões recursais encaminhadas para deliberação da ilustre Autoridade Superior, consoante as razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

-[I]-

FUNDAMENTO DE FATO

-[I.1]-

A PRIMEIRA ILEGALIDADE

A TENTATIVA DE BURLAR A SANÇÃO DE SUSPENSÃO APLICADA PELA CODEVASF

1. O instrumento de convocação vedou expressamente a participação de empresa cujo sócios e/ou administradores e/ou diretores também sejam sócios e/ou administradores e/ou diretores de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Codevasf, *in verbis* (sem grifo):

- Edital:

“3.8. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

(*omissis*)

b) Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Codevasf e que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

b1) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

b2) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

b3) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

b4) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; e

b5) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.”

2. Para tanto, o Edital estabeleceu o dever de o Pregoeiro diligenciar para consultar as penalidades aplicadas em nome da empresa licitante e também de seus sócios, administradores e diretores, investigando-se ainda eventual tentativa de burlar a sanção aplicada pela Codevasf por intermédio de consulta dos vínculos societários, vínculos familiares, linhas de fornecimento, dentre outros indícios, *ipsis litteris* (sem grifo):

- Edital:

“10.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

(omissis)

10.1.2. A consulta aos cadastros acima mencionados será realizada em nome da empresa licitante e também de seus sócios e administradores, para verificação e cumprimento dos impedimentos previstos no art. 38 da Lei 13.303/2016.

(omissis)

10.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.”

3. No mesmo sentido, o Colendo Tribunal de Contas da União consagrou o entendimento de que as sanções de suspensão do direito de licitar se estendem às empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico e/ou familiar quando evidenciado os indícios de irregularidade concernentes à burla dissimulada da sanção.

4. Cita-se, à título de exemplificação, o Acórdão 2339/2023 - Plenário, que guarda perfeita sintonia com o presente caso, na qual o TCU considerou procedente a reclamação e aplicou a penalidade de suspensão também à outra empresa do mesmo grupo familiar pela reconhecida e comprovada fraude à licitação na tentativa de burlar a sanção de suspensão aplicada à outra empresa.

5. A empresa DNM - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE MÁQUINAS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o número 29.211.016/0001-25, foi sancionada pela Codevasf e se encontra com o direito de licitar suspenso entre **16.12.2022 até 16.12.2024** por não ter executado o contrato celebrado com a Codevasf.

6. No caso em tela, **a DNM Distribuidora integra o grupo econômico da CBMAQ e exercem a mesma atividade econômica** – venda de máquinas de linha amarela e outros produtos – e compartilham da mesma estrutura de funcionários e contadores, o que, por certo, evidencia a confusão gerencial e patrimonial de ambas as empresas.

• **Primeira Prova:** As empresas DNM Distribuição, BRE Empresa e a CBMAQ integram o mesmo grupo econômico e foram desclassificadas por fraude a licitação no Pregão Eletrônico nº. 001-2019, deflagrado pela Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação do Governo do Estado do Tocantins (“SEINF-TO”):

7. A Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação do Governo do Estado do Tocantins (“SEINF-TO”) deflagrou procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, registrado sob o número 006/2023, tendo por objeto o fornecimento de máquinas de linha amarela.

8. As empresas DNM Distribuição, BRE Empresa e CBMAQ participaram do referido certame com a oferta do mesmo equipamento e apresentaram diversos lances simultâneo para permanecerem sempre a frente na disputa de preços na fase de lances pautada pelo tempo randômico, violando a paridade de armas e a isonomia entre os concorrentes.

9. A empresa BRE Empresa sagrou-se vencedora do certame e o Recorrente apresentou intenção de recurso contra essa decisão sob o fundamento de que essas empresas integram o mesmo grupo econômico e formaram um conluio para participar do certame.

10. Após o contraditório e a realização de diligências, a SEINF-TO reconheceu a existência de grupo econômico entre as empresas DNM Distribuição, BRE Empresa e CBMAQ e desclassificou as referidas empresas do certame.

• **Segunda Prova:** Em recente ação judicial movida pela Associação Comunitária dos Moradores de Mexeriqueira (“ASCOMM”) contra a DNM e a CBMAQ, foi celebrado um acordo entre a ASCOMM e a CBMAQ em razão dos defeitos apresentados no trator vendido pela DNM à Codevasf e posteriormente doado à ASCOMM.

11. Em apertada síntese, a ação trata dos defeitos que acometeram o trator vendido pela DNM à Codevasf e que posteriormente foi doado à ASCOMM, porém os defeitos não foram solucionados pela assistência técnica, *ipsis litteris* (sem grifo):

12. A CBMAQ assumiu toda a responsabilidade pelo descumprimento contratual imputado à DNM e celebrou um acordo com a ASCOMM para consertar o trator e pagar uma indenização por danos materiais e morais à ASCOMM no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e a DNM sequer participou do acordo judicial, *in verbis* (sem grifo):

13. O fato de a CBMAQ ter assumido as responsabilidades perante a ASCOMM que eram de exclusiva responsabilidade da DNM comprovam, de per si, a confusão patrimonial entre as referidas empresas e evidencia a existência de grupo econômico.

• **Terceira Prova:** a DNM e a CBMAQ compartilham o mesmo quadro de funcionários e exercem as mesmas atividades econômicas:

14. A DNM e a CBMAQ exercem atividade econômica o comércio e a manutenção de máquinas rodoviárias.

15. Para exercerem suas atividades, a DNM e a CBMAQ compartilham dos mesmos funcionários, conforme faz prova as procurações públicas outorgadas por ambas as empresas, no mesmo período.

16. Perceba, Vossa Senhoria, que a DNM e a CBMAQ outorgaram procurações públicas com igual teor para outorgar poderes para os funcionários da CBMAQ, em específico (1) ELIZEU GONÇALVES PEREIRA, CPF/MF sob n.º 038.935.298-53, (2) LIDIANE CÁO GONÇALVES, CPF/MF sob n.º 024.378.201-24; (3) NATHÁLIA GONÇALVES ARAÚJO LOPES DE OLIVEIRA, CPF/MF sob n.º 045.510.981-83; (4) ROSELI DA COSTA CARVALHO, CPF/MF sob n.º 573.685.891-68; (5) CLEIBER MENDES MARTINS, CPF/MF sob n.º 492.356.561-68; (6) DANIEL FERNANDO JESUS DA SILVA, CPF/MF sob n.º 004.810.225-38; (7) NILSON RODRIGUES BENTO JUNIOR, CPF/MF sob n.º 008.860.495-04; (8) RAFAEL CASIMIRO REDONDO, CPF/MF sob n.º 907.566.301-34; (9) PAULO ROBERTO COSTA PONTES; CPF/MF sob n.º 415.691.486-00; (10) LEANDRO DE SOUZA VENÂNCIO, CPF/MF sob n.º 587.102.991-49, dentre outros.

17. Salta aos olhos a similaridade de teor e do tempo em relação as procurações públicas outorgada por ambas as empresas, conforme extrai-se do relatório em comento:

18. As provas adrede são suficientes para provar que a CBMAQ e a DNM exercem a mesma atividade e compartilham dos mesmos funcionários que, ao que tudo indica, são registrados apenas em nome da CBMAQ, demonstrando existência de um grupo econômico de fato entre as referidas empresas.

• **Quarta Prova:** o vínculo familiar entre os sócios e administradores da CBMAQ e a DNM

19. A CBMAQ se trata de uma sociedade empresária de capital privado, cuja administração é exercida pelo Sr. Rodrigo Rocha de Faria, na qualidade de Diretor Presidente, e Sr. Sérgio Rocha de Faria, na qualidade de Diretor Executivo.

20. Os referidos administradores eram, inclusive, os detentores de todas as quotas do capital social da CBMAQ, conforme faz prova os atos constitutivos registrados na Junta Comercial.

21. Todavia, após a aplicação da penalidade à DNM pela Codevasf, os então sócios Srs. Rodrigo Rocha de Faria e Sérgio Rocha de Faria simularam a transferência de suas quotas sociais para a Sra. Eliana Brant Rocha de Faria.

22. A Sra. Eliana Faria possui 80 (oitenta) anos e é mãe dos ex-sócios Srs. Rodrigo Faria e Sérgio Faria; contudo, mesmo após a alteração do contrato social, os aludidos filhos continuam a exercer o papel de administradores da sociedade, a empresa das diversas procurações públicas outorgadas pela CBMAQ.

23. As alterações contratuais evidenciam que a Sra. Eliana Faria foi nomeada como sócia e administradora da CBMAQ para fins meramente formal, tratando-se de uma “laranja” com a finalidade precípua de ocultar os verdadeiros proprietários e administradores da empresa, a saber: Sr. Rodrigo Faria e Sr. Sérgio Faria.

24. O Sr. Rodrigo Rocha de Faria, administrador da CBMAQ, emancipou seus filhos gêmeos – Sr. Enzo Villela de Faria e Sr. Diogo Villela de Faria –, para constituir as duas empresas “fictícias”, surgindo, assim, as empresas BRE e DNM, respectivamente.

25. A DNM DISTRIBUIDORA NACIONAL DE MAQUINAS EIRELI., inscrita no CNPJ/MF sob o número 29.211.016/0001-25, é uma empresa individual de responsabilidade limitada, constituído em 01/11/2017 pelo Sr. Diogo Villela de Faria - filho do Sr. Rodrigo Faria.

26. O Sr. Diogo Faria - sócio e administrador da DNM - é neto da Sra. Eliana Faria - atual sócia e administradora da CBMAQ - e filho do Sr. Rodrigo Faria - administrador e diretor da CBMAQ - e sobrinho do Sr. Sérgio Faria - administrador e diretor da CBMAQ -.

• **Quinta Prova:** a DNM se trata de uma empresa de fachada da CBMAQ

27. Em diligência realizada no endereço da DNM, observou-se que se trata de uma sala comercial para efeitos fiscais.

28. Perceba, Vossa Senhoria, que a DNM não dispõe de estrutura física para exercer as atividades econômicas de venda e manutenção de máquinas rodoviárias, razão pela qual ela utiliza toda a estrutura de funcionários da CBMAQ e existe uma confusão patrimonial entre as referidas empresas que integram o mesmo grupo familiar e econômico.

29. Todas as provas apresentadas pelo Recorrido são suficientes para provar a existência de grupo econômico entre a CBMAQ e a DNM, o que evidencia que a alteração no contrato social da CBMAQ visa tão somente burlar a sanção de suspensão aplicada pela Codevasf à DNM e que se encontra vigente até 16.12.2024.

30. **A jurisprudência do Eg. Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos 2307/2022, 309/2021, 1.829/2016, 2.374/2015, 834/2014, sedimentou o r. entendimento de que o somatório dos indícios constitui prova suficiente para caracterizar a fraude à licitação praticada por empresas envolvidas na tentativa de burlar as sanções aplicadas à outra empresa, assim como multar os gestores públicos responsáveis.**

31. Por todo o exposto, requer-se seja o Recorrido desclassificado por tentar burlar a sanção de penalidade aplicada a DNM, integrante do seu grupo familiar e econômico, em observância as normas previstas nas cláusulas 3.8, alíneas b.1, b.2, b.3, b.4 e b.5, e 10.1.3, do Edital, e a abalizada jurisprudência do Eg. TCU, sob pena de serem adotadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

-[I.2]-

A SEGUNDA ILEGALIDADE

32. O instrumento convocatório indicado em seus itens 01, 02 e 08 do aludido pregão tem por objeto a aquisição de 08 (oito) equipamentos no item 01, 04 (quatro) equipamentos no item 02 e 20 equipamentos no item 08, totalizando, assim, 32 (trinta e duas) Escavadeiras Hidráulicas, conforme o Anexo I – Termo de Referência.

33. Entretanto, resta indicado no aludido documento arrimado pela parte Recorrida, em seu LCVM, o limitador de comercialização de 50 (cinquenta) unidades do modelo I/MR LOVOL/FR215E2, conforme tela/print abaixo indicado:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBAMA
Nº 92960
LICENÇA PARA USO DA CONFIGURAÇÃO DE VEÍCULO OU MOTOR - LCVM
Licença válida até 31 de Dezembro de 2024

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, Autarquia Federal de Regime Especial, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, CONCEDE esta licença para a produção, importação ou comercialização do(s) veículo(s) conforme abaixo:

1 - INTERESSADO:

NOME: CBMAO COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA
CPF/CNPJ: 11.239.764/0001-50
ENDEREÇO: SCIA QUADRA 14 CONJUNTO 11 - Brasília
CEP: 71250-155

2 - CONFIGURAÇÃO DO VEÍCULO:

MARCA/MODELO/VERSÃO: I/MR LOVOL/FR215E2/
COMBUSTÍVEL: DIESEL
MOTOR: WP4.6NG175E301
FASE DE ATENDIMENTO DO PROCONVE: MAR-1
TRANSMISSÃO: AUTOMÁTICA
TIPO DO VEÍCULO:
QUANTIDADE: Limitado a 50 Unidades

34. Sentido este, se mostra necessário serem promovidas as diligências necessárias para demonstrar pela parte Recorrida o LCVM de quantidade ilimitada do referido equipamento e/ou demonstrativo que não comercializou no referido prazo vigência da licença o superior do teto estabelecido, bem como seja oficiada a Receita Federal do Brasil para apurar se a empresa Recorrida já não superou o limite de venda do aludido equipamento ofertado, facultando-se vistas destes documentos para manifestação pelos concorrentes.

35. Ainda mais, se faz necessário ressaltar que o edital foi claro ao indicar em seu Termo de Referência a descrição do equipamento, em específico a necessidade da certificação MAR-I e cabine ROPS/FOPS com ar-condicionado, *in verbis* (sem grifo):

- Anexo I – Termo de Referência:

“Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, ano de fabricação corrente, com **cabine fechada Rops/Fops, ar condicionado**, equipada com motor diesel com potência bruta (nominal) de no mínimo 130 hp ou unidade equivalente, declarado pelo fabricante, capacidade volumétrica da caçamba mínima de 0,9 m³, peso operacional mínimo de 20.000 kg, **certificado EPA Tier III//MAR-I**, profundidade de escavação mínima de 5,8 m, abastecida com tanque de combustível cheio. Garantia mínima de 12 meses, contada a partir do recebimento definitivo do bem, atestado pelo fiscal com todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito. A marca ofertada deverá possuir Assistência Técnica Autorizada ou terceirizada/certificada no estado de entrega da máquina. Logomarca da Codevasf em local visível, conforme termo de referência. Deverá ser realizada entrega técnica.”

36. O Recorrido apresentou proposta escrita para a Administração Pública com a oferta da Escavadeira Hidráulica marca Lovol, modelo FR215E2;

37. Em que pese a informação apresentada pelo Recorrido, o equipamento ofertado não possui cabine ROPS/FOPS de acordo com as normas técnicas da ABNT ISO.

38. Não fosse o suficiente, o Recorrido também não dispõe sobre o atendimento as normas de emissão do MAR-I para as máquinas a serem fornecidas à Codevasf, quer porque apresentou a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (“LCVM”) da Escavadeira Hidráulica marca Lovol, modelo FR215E2, limitado a 50 (cinquenta) unidades.

39. Destarte, requer seja promovido diligência para solicitar ao Recorrido a apresentação de (1) certificado que atesta a existência de cabine ROPS/FOPS; e (2) LCMV da Escavadeira Hidráulica marca Lovol, modelo FR215E2, para provar o certificado MAR-1, **não limitado a 50 unidades**, com vistas a complementar e instruir a licitação, em louvor as determinações contidas nas cláusulas 9.5 e 19.7, do instrumento convocatório, *in verbis* (sem grifo):

9.5. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 66 do Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

19.7 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

40. Ante a ausência de comprovação da informação no catálogo da máquina sobre especificação técnica importante para análise de atendimento ou não as exigências técnicas descrita no Edital, surge para a Administração Pública o poder-dever de promover diligência com a finalidade de atestar a real especificação técnica da máquina, em especial para verificar o atendimento a cabine ROPS/FOPS e certificado MAR-I (“LCVM”) pelo IBAMA.

41. Pondera-se: a Administração Pública, ainda que imbuída de boa-fé, não pode assumir o risco de adquirir produto com especificação técnica inferior ao exigido no Edital, razão pela qual ela deve adotar as medidas legítimas que estão à sua disposição para se acautelar com relação ao produto ofertado pelo participante.

42. Na hipótese de o Recorrido não se desincumbir do ônus de comprovar que a máquina por ele ofertada atende todas as especificações do Edital, requer-se seja dado provimento ao recurso para desclassificar o Recorrido, em consonância com as normas previstas nas cláusulas 9.4 e 19.7, do Edital.

43. **As regras editalícias aqui e ora invocada conduzem a única interpretação plausível: o participante deverá ofertar produto com especificação técnica compatível com a exigência estabelecida no Edital, sob pena de ser desclassificado.**

44. Ante o exposto, requer seja promovido diligência para exigir que o Recorrido apresente certificado de existência de cabine ROPS/FOPS e o LCVM emitido pelo IBAMA para comprovar a certificação de atendimento ao Proconve MAR-I, facultando-se vistas destes documentos para manifestação pelos concorrentes.

45. Em não sendo apresentado ou, se apresentado, restar comprovado o desatendimento das exigências editalícias, requer seja desclassificado a proposta apresentada pelo Recorrido, nos termos das cláusulas 9.4 e 19.7, do Edital.

-[II]-

FUNDAMENTO DE DIREITO

-[II.1]-

A SUBORDINAÇÃO DO ESTADO AS REGRAS DO EDITAL

VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DO JULGAMENTO OBJETIVO

46. É um pressuposto inquestionável do Estado Democrático de Direito a subordinação do Estado ao ordenamento jurídico vigente e, como notório, no âmbito da Administração Pública, tal pressuposto se traduz na observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, *in verbis* (sem grifo):

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

“Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

47. No âmbito específico das licitações, a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e, em especial no âmbito do pregão eletrônico, o Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, consagraram expressamente a observância aos seguintes princípios (sem grifo):

- Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da

segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.”

- Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

48. Do exposto acima, depreende-se que a atividade administrativa deve ser exercida em absoluta conformidade com a Lei e com os princípios inerentes. Dessa premissa extrai-se a seguinte fórmula: **a Administração Pública e os interessados estão vinculados e obrigados ao cumprimento dos termos e condições previstos no Edital.**

49. Acrescentando-se, cite-se como inarredável a observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, com relação ao qual Diógenes Gasparini esclarece:

“(...) estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento. (...)”

50. Nesse toar é a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna”. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. Para tanto, a Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar. (...)”

51. No mesmo sentido assevera José dos Santos Carvalho Filho:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. (...)”

52. Sem embargos de doughtas opiniões em sentido contrário, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema importância para o julgamento das propostas e análise da habilitação, pois, além de evitar a alteração de critérios de julgamento e de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração, evita-se qualquer brecha para privilegiar ou perseguir qualquer participante, em louvor aos princípios da moralidade administrativa, impessoalidade e a probidade, ao não permitir que as regras estabelecidas no Edital não sejam descumpridas pela Administração ou pelos licitantes.

53. Portanto, o Edital torna-se Lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado.

54. Em sendo Lei, o edital e os seus termos atrelam tanto a Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, pois o descumprimento por parte da Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola vários princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: da legalidade, da moralidade e da isonomia.

55. Outrossim, não há falar em formalismo exacerbado por parte do Recorrente ao impor à Administração o cumprimento das exigências editalícias. Ora, ordenar que a Administração atue conforme disposição do instrumento convocatório resguarda os princípios da legalidade e da isonomia, permitindo a prevalência do Interesse Público.

56. A somar, o entendimento do Tribunal de Contas da União é claro ao refutar os casos em que a Administração Pública não obedece às diretrizes traçadas no Edital. Veja:

“(...) Pedido de reexame. Representação. Violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Negativa de provimento [VOTO] 4. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, expresso no caput do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, dispõe: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada. (...)”

57. Destarte, a Administração Pública encontra-se vinculada à obrigação de verificar as propostas e desclassificar aquelas que estiverem em desconformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e de inabilitar o licitante que apresentou declaração falsa de EPP, nos termos dos artigos 28, e 43, § 4º, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019.

58. Por todo o exposto, requer que seja reformada a r. decisão que declarou o Recorrido vencedor do certame, quer seja porque o produto ofertado não atende as exigências técnicas prevista no Edital, quer seja porque o Recorrido não apresentou declaração mandatória para sua habilitação, sob pena de restar violado os princípios da vinculação ao edital e ao julgamento objetivo positivados nos artigos 2º e 28, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, cumulados com os artigos 5º e 69, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

-[II.2]-

PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIAS

A IMPERIOSA COMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

59. Em louvor ao princípio da eventualidade e da concentração do recurso, deve a Administração Pública promover diligência para complementar as informações constante no processo licitatório em virtude da omissão do catálogo do produto, da irregularidade fiscal e, sobretudo, da possível existência de declaração falsa.

60. O Edital e a Lei estabelecem o poder-dever do Pregoeiro em promover diligências para esclarecer ou a complementar a instrução do processo, *in verbis* (sem grifo):

- Edital:

“9.5. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 66 do Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da Codevasf. (...)”

19.7 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.”

61. Consoante razões exposta nos tópicos anteriores, deve a Administração Pública promover diligência para solicitar ao Recorrido (1) certificado ROPS/FOPS; (2)

certificado MAR-I, ou seja, LCVM emitido pelo IBAMA; e (3) notas fiscais de entrada e saída de todas as máquinas comercializadas durante o corrente ano.

62. Os fatos aqui e ora denunciados pelo Recorrente são de extrema gravidade e exigem o máximo de atenção e rigor na apuração por parte da Autoridade Pública para que a Administração Pública não seja induzida a erro ou até mesmo lesada.

63. É evidente que a análise das referidas ilegalidades por meio da necessária diligência não está restrita ao bel-prazer do Pregoeiro, podendo, inclusive, ser apurada na via administrativa ou judicial.

64. Todavia, a ausência de promoção dos atos necessários pelo Pregoeiro para a apuração da veracidade das informações poderá constituir, em tese, no crime de prevaricação, para além de outros que possam vir a ser apurado durante a instrução.

65. **De forma alternativa, requer seja dado provimento ao presente recurso para determinar a promoção das diligências supracitadas para apurar os graves fatos denunciados nesta peça, sob pena de se negar vigência as disposições contidas na cláusula 10.4, do instrumento convocatório, cumulado com § 2º, do artigo 59, da Lei nº. 14.133 de 1 de abril de 2021, e caracterizar, em tese, o crime de prevaricação.**

-[II.3]-

DUPLO GRAU

REMESSA À AUTORIDADE SUPERIOR

66. O direito à “revisão” ou “duplo grau” da decisão administrativa no âmbito das licitações é assegurado nos termos do artigo 165, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, mormente aplicável, de forma subsidiária, à espécie.

67. Não se pode olvidar, outrossim, que o direito à revisão das decisões administrativas está amparado na cláusula 5.3.8, do Edital, *in verbis* (sem grifo):

5.3.8. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação (Pregoeiro), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual

deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

68. **Por todo o exposto, na hipótese da r. decisão não ser reconsiderado pelo ilustre Pregoeiro, o que seria um desatino, requer que o presente recurso seja submetido à análise e ao julgamento da Autoridade Superior, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 165, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, cumulado com cláusula 5.3.8, do instrumento convocatório.**

**-[III]-
PEDIDOS**

Por todo o exposto, requer o ora Recorrente:

(a) seja atribuído efeito suspensivo ao presente recurso, nos termos da cláusula 5.2.3, do Edital, cumulado com artigo 168, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

(b) Devido ao elevado volume de arquivos, o sistema do comprasnet não permite o anexo do arquivo, razão pela qual requer-se seja autorizado o envio dos documentos por e-mail e/ou disponibilizada para download na plataforma Google Drive, por meio do link <https://drive.google.com/drive/folders/1PiXqw4HVf030Kq5hPqABzE6ei0pFYiqw?usp=sharing>.

(c) a comunicação dos demais participantes para que, caso queiram, apresentem contrarrazões ao presente recurso administrativo, nos termos da cláusula 5.3.6, do Edital, cumulado com artigo 165, § 3º, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;

(d) seja dado provimento ao recurso administrativo para reconsiderar o ato ou a decisão que declarou o Recorrido vencedor dos itens 1, 2 e 8, do certame, em específico por ter ofertado produto que não atende as especificações do Edital, bem como por ausência de apresentado de declarações exigidas no certame e comprovação de cumprir em seu LCVM o teto máximo de 50 unidades do referido modelo.

(e) de forma alternativa, caso a r. decisão recorrida não seja retratada pelo ilustre Pregoeiro, requer que o presente recurso administrativo seja devidamente instruído e

remetido à Autoridade Superior para o seu julgamento, nos termos da cláusula 5.3.8, do Edital, cumulado com artigo 165, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;

Nestes Termos.

Pede Espera Deferimento.

Pouso Alegre/MG, 15 de outubro de 2024.

(assinatura eletrônica)
XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
Por Tian Dong

(assinatura eletrônica)
XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
Por Luiz Henrique dos Reis

LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA
OAB/MG 165.513

ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO
OAB/MG 158.731



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/203.364-1	MGN2326238115	14/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
707.367.796-12	HANGUANG LI
022.114.556-70	WANG YANSONG

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10291625 em 18/04/2023 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 232033641 - 14/04/2023. Autenticação: FA333883A929A3797575B5E9864F6D8E77FB62. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/203.364-1 e o código de segurança cRo4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
CNPJ: 14.707.364/0001-10
NIRE 3120937797-1

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 34

1. **XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED**, sociedade chinesa constituída de acordo com as leis de Hong Kong, com sede na SS2026, Shop 162A, 1/F, Smilling Plaza, 162-188 Un Shan Street, Sham Shui Po, Hong Kong, regularmente inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda do Brasil (CNPJ/MF) sob o nº. 13.894.196.0001/57, representada nesse ato por seu bastante procurador no Brasil **WANG YANSONG**, chinês, solteiro, administrador, nascido em 24/03/1962, inscrito no CPF/MF sob o nº. 022.114.556-70 e no RNE V912349-1, com residência na Rua Sebastião Fagundes, 315, Bairro Colinas Santa Barbara, na cidade de Pouso Alegre- MG, CEP: 37.551-270.
2. **XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED**, sociedade chinesa constituída de acordo com as leis de Hong Kong, com sede na SS2045, Shop 162A, 1/F, Smilling Plaza, 162-188 Un Shan Street, Sham Shui Po, Hong Kong, regularmente inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda do Brasil (CNPJ/MF) sob o nº. 13.894.195/0001-02, representada nesse ato por seu bastante procurador no Brasil **WANG YANSONG**, chinês, solteiro, administrador, nascido em 24/03/1962, inscrito no CPF/MF sob o nº. 022.114.556-70 e no RNE V912349-1, com residência na Rua Sebastião Fagundes, 315, Bairro Colinas Santa Barbara, na cidade de Pouso Alegre- MG, CEP: 37.551-270.

Únicas quotistas da sociedade empresária limitada **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 3120937797-1, em 01.12.2011 inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.707.364/0001-10, com matriz na Rodovia Fernão Dias BR 381, KM 854/855, S/N no Distrito Industrial do Município de Pouso Alegre – MG, CEP: 37556-830 e filiais localizadas no Estado do Maranhão CNPJ 14.707.364/0002-00 e NIRE 21900301543 na Rua Nova Betel, rua 11, número 109, bairro jardim São Cristóvão, São Luís CEP 65055-370, filial no Estado de Goiás CNPJ 14.707.364/0003-82 e NIRE 90096461-1, localizada na Avenida Peru– S/N, Quadra 03, Lote 01-D, Casa 01, Bairro Vera Cruz, CEP 74976-230 - Aparecida de Goiânia – GO, filial no estado do Mato Grosso CNPJ 14.707.364/0004-63 e NIRE 51900465001 localizada na Avenida Miguel Sutil, número 4001 – Bairro areão – GALPAO SALA A-1, Cuiabá – MT, e CEP: 78.010-500, no Estado de São Paulo São localizada na Avenida Ladislau Kardos, n. 700, Bairro dos Fontes, Guarulhos-SP, CEP: 07.250-125 CNPJ 14.707.364/0005-44 NIRE 35920068358 e IE 127.225.849.112, filial na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais CEP 37556-830, CNPJ 14.707.364/0006-25 NIRE 3120937797-1 e IE 001.881.465.0241 situada na Rodovia Fernão Dias, Br 381, s/n, Distrito Industrial, Galpão 20, Segundo Andar, filial na cidade de Parauapebas, Estado do Pará, CNPJ 14.707.364/0007-06 NIRE 15902028149 e IE 158224825, filial na cidade de Rio Piracicaba, Estado do Minas Gerais, CNPJ 14.707.364/0008-97 e IE Isenta situada na Rua nossa senhora aparecida, Centro, número 155, CEP: 35.940-000, e filial na cidade de Contagem, Estado do Minas Gerais, CNPJ 14.707.364/0009-20 e IE 18814650322 situada na Rodovia BR 040, Morada Nova , número KM 519, CEP: 32145480 resolvem, por mútuo e comum acordo, proceder **à trigésima quarta alteração** ao Contrato Social da Sociedade, nos termos do abaixo exposto, sendo dispensada a realização de reunião de quotistas, por força do disposto no § 3º do Art. 1.072 da Lei 10.406, de 10.01.02.



Cláusula Primeira
Redução do Capital Social

Cumprido os requisitos legais exigidos pelo artigo 1.084 do Código Civil, **em especial através do registro da Ata de Reunião de Sócios registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o n. 10168672**, com comprovação das datas de publicação das referidas atas em (i) diário oficial de Minas Gerais em 19 de outubro de 2022; (ii) jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais em 19 de outubro de 2022; (iii) jornal de grande circulação na sede da empresa em 22 de outubro de 2022.

O capital social totalmente integralizado que antes era de R\$ 915.458.460,88 (novecentos e quinze milhões quatrocentos e cinquenta e oito milhões quatrocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos) divididos em 91.545.846.088 (noventa e um bilhões quinhentos e quarenta e cinco milhões oitocentos e quarenta e seis mil e oitenta e oito) quotas no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, **por ser considerado excessivo ao objeto social, com esta alteração será reduzido na quantia de R\$ 464.400.000,00 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais) correspondentes a 46.440.000.000 (quarenta e seis bilhões quatrocentos e quarenta milhões) de quotas no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada, passando a ser de R\$ 451.058.460,88 (quatrocentos e cinquenta e um milhões cinquenta e oito mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos) correspondentes a 45.105.846.088 (quarenta e cinco bilhões cento e cinco milhões oitocentos e quarenta e seis mil e oitenta e oito) quotas no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada totalmente integralizadas, assim divididas:**

SÓCIA	QUANTIDADE DE QUOTAS	VALOR	PORCENTAGEM
XCMG INTERNACIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED	45.023.346.088	R\$ 450.233.460,88	99,817%
XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED	82.500.000	R\$ 825.000,00	0,183%
Total	45.105.846.088	R\$ 451.058.460,88	100,000%

Cláusula Segunda.
Consolidação do contrato social.

Com esta alteração consolida-se as alterações contratuais.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**Clausula primeira: DO NOME E ENDEREÇO**

A sociedade gira sob a denominação social de **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 3120937797-1, em 01.12.2011 inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.707.364/0001-10, com matriz na Rodovia Fernão Dias BR 381, KM 854/855, S/N no Distrito Industrial do Município de Pouso Alegre – MG, CEP: 37556-830 e filiais localizadas no Estado do Maranhão CNPJ 14.707.364/0002-00 e NIRE 21900301543 na Rua Nova Betel, rua 11, número 109, bairro jardim São Cristóvão, São Luís CEP 65055-370, filial no Estado de Goiás CNPJ 14.707.364/0003-82 e NIRE 90096461-1, Rua Carolina Candido da Silva 60, sala 001, loteamento pontal norte, CEP: 75708430, município de Catalão, filial no estado do Mato Grosso CNPJ 14.707.364/0004-63 e NIRE 51900465001 localizada na Avenida Miguel Sutil, número 4001 – Bairro areão – GALPAO SALA A-1, Cuiabá – MT, e CEP: 78.010-500, no Estado de São Paulo São localizada na Avenida Ladislau Kardos, n. 700, Bairro dos Fontes, Guarulhos-SP, CEP: 07.250-125 CNPJ

2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10291625 em 18/04/2023 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 232033641 - 14/04/2023. Autenticação: FA333883A929A3797575B5E9864F6D8E77FB62. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/203.364-1 e o código de segurança cRo4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ecodevasf.codevasf.gov.br?a=autenticidade> e informe o e-DOC F5D0D9EE

4/35

14.707.364/0005-44 NIRE 35920068358 e IE 127.225.849.112, filial na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais CEP 37556-830, CNPJ 14.707.364/0006-25 NIRE 3120937797-1 e IE 001.881.465.0241 situada na Rodovia Fernão Dias, Br 381, s/n, Distrito Industrial, Galpão 20, Segundo Andar, filial na cidade de Parauapebas, Estado do Pará, CNPJ 14.707.364/0007-06 NIRE 15902028149 e IE 158224825, filial na cidade de Rio Piracicaba, Estado do Minas Gerais, CNPJ 14.707.364/0008-97 e IE Isenta situada na Rua nossa senhora aparecida, Centro, número 155, CEP: 35.940-000, e filial na cidade de Contagem, Estado do Minas Gerais, CNPJ 14.707.364/0009-20 e IE 18814650322 situada na Rodovia BR 040, Morada Nova, número KM 519, CEP: 32145480.

Clausula Segunda: DO OBJETIVO SOCIAL

A matriz da sociedade tem como objeto social: 1)importação, exportação, montagem e fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores, 2) comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção, partes e peças, 3) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, 4) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas, 5) manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, 6) manutenção e reparação de tratores agrícolas, 7) aluguel de imóveis próprios, 8) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, 9) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, 10) comércio por atacado de caminhões novos e usados, 11) aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 12) administração de obras de terceiros, 13) depósitos de Mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis, 14) importação, exportação e comércio de implementos opacos e transparentes blindados, blindados sobre rodas de emprego militar e civil e suas partes, materiais de segurança a prova de balas, vidros especiais de segurança a prova de balas, aços e materiais opacos a prova de balas e manutenção de blindados e suas partes, 15) fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes, 16) Comercio atacadista de vagões ferroviários, 17) Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários, 18) importação, distribuição, armazenagem, exportação, expedição e comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso médico hospitalar, suas partes e peças, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, 19) importação, distribuição, armazenagem, exportação, expedição e comércio de produtos para saúde; 20) importação e comercialização de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados; 21) importação e comercialização de reboques e semi reboques novos e usados; 22) importação e comercialização de caminhões novos e usados; 23) Revenda no varejo de lubrificantes; 24) Revenda no atacado de Lubrificantes.

A filial localizada no Estado do Maranhão tem como objetivo social: 1) comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; 2) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; 3) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas; 4) manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas; 5) manutenção e reparação de tratores agrícolas; 6) aluguel de imóveis próprios; 7) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; 8) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; 9) comércio por atacado de caminhões novos e usados; 10) aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 11) administração de obras de terceiros; 12) depósitos de Mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis; 13) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional.

A filial localizada no Estado de Goiás tem como objeto: comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças

A filial localizada no Estado de Mato Grosso tem como objeto: comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças.

A filial localizada no Estado de São Paulo tem como objeto: 1) comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; 2) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; 3) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas; 4) manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para



transporte e elevação de cargas; 5) manutenção e reparação de tratores agrícolas; 6) depósitos de Mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis; 7) Revenda no varejo de lubrificantes; 8) Revenda no atacado de Lubrificantes; 9) Revenda no varejo de partes e peças para maquinas.

A filial localizada no Estado de Minas Gerais tem como objeto: (i) importação, exportação e comercialização de caminhões novos e usados, (ii) importação, exportação e comercialização de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados, (iii) importação, exportação e comercialização de reboques e semi-reboques novos e usados, (iv) importação, exportação e comercialização atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, (v) importação, exportação e comercialização atacadista de maquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção, partes e peças, (vi) importação, exportação e comercialização atacadista de vagões ferroviários.

A filial localizada no Estado do Pará tem como objeto: 1) importação, exportação, montagem e fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores, 2) comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção, partes e peças, 3) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, 4) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas, 5) manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, 6) manutenção e reparação de tratores agrícolas, 7) aluguel de imóveis próprios, 8) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, 9) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, 10) comércio por atacado de caminhões novos e usados, 11) aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 12) administração de obras de terceiros, 13) depósitos de Mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis, 14) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional, 15) Fabricação de veículos militares de combate, 16) importação, exportação e comércio de implementos opacos e transparentes blindados, blindados sobre rodas de emprego militar e civil e suas partes, materiais de segurança a prova de balas, vidros especiais de segurança a prova de balas, aços e materiais opacos a prova de balas e manutenção de blindados e suas partes, 17) fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes, 18) Comércio atacadista de vagões ferroviários, 19) Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários, 20) importação, distribuição, armazenagem, exportação, expedição e comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso médico hospitalar, suas partes e peças, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, 21) importação, distribuição, armazenagem, exportação, expedição e comércio de produtos para saúde, 22) importação e comercialização de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados, 23) importação e comercialização de reboques e semi reboques novos e usados, 24) importação e comercialização de caminhões novos e usados.

A filial localizada no Estado de Minas Gerais em Rio Piracicaba, tem como objeto: (i) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas, (ii) Manutenção e reparação de maquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, (iii)) manutenção e reparação de tratores agrícolas, (iv) manutenção e reparação de maquinas e equipamentos de terraplanagem, pavimentação e construção exceto tratores.

A filial localizada no Estado de Minas Gerais em Contagem, tem como objeto: (i) Comercio Atacadista de maquinas e equipamentos para terraplanagem, mineração e Construção, partes e peças; (ii) Comercio Atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças; manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas, (iii) Manutenção e reparação de maquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, (iv) manutenção e reparação de tratores agrícolas, (v) manutenção e reparação de maquinas e equipamentos de terraplanagem, pavimentação e construção exceto tratores; (vi) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis ;(vii) revenda no varejo de lubrificantes e (viii) revenda no atacado de lubrificantes.

Cláusula Terceira: DO INICIO DE ATIVIDADES E DURAÇÃO.

A sociedade iniciou suas atividades em 28/11/2011 e seu prazo de duração é indeterminado, podendo, contudo, extinguir-se por vontade unânime dos sócios.

Cláusula Quarta: DO CAPITAL SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS.



O capital social é **R\$ 451.058.460,88 (quatrocentos e cinquenta e um milhões cinquenta e oito mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos) correspondentes a 45.105.846.088 (quarenta e cinco bilhões cento e cinco milhões oitocentos e quarenta e seis mil e oitenta e oito) quotas no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada**, já totalmente integralizados em moeda corrente nacional, e distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIA	QUANTIDADE DE QUOTAS	VALOR	PORCENTAGEM
XCMG INTERNACIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED	45.023.346.088	R\$ 450.233.460,88	99,817%
XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED	82.500.000	R\$ 825.000,00	0,183%
Total	45.105.846.088	R\$ 451.058.460,88	100,000%

Cláusula Quinta: DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pelo administrador **HANGUANG LI**, adrede qualificado, que isoladamente, assinará todos os documentos por ela emitidos, podendo, por fim, praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração da sociedade. Entre os poderes conferidos aos administradores, encontram-se os seguintes:

- Representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, podendo, para tanto, contratar profissionais do direito para defesa dos interesses da desta, podendo para tanto receber citação.
- A representação ativa ou passiva perante qualquer repartição federal, estadual ou municipal e autarquias;
- A gerência, orientação e direção dos negócios / objetos sociais.
- Gestão de pessoal, englobando poderes para contratação e demissão de funcionários.
- Representação perante Instituições Financeiras podendo abrir ou fechar contas de titularidade da sociedade, contratar empréstimos ou investimentos, bem como gerir aquelas já existentes, assinando cheque e fazendo retiradas em nome desta, constituindo cartão de autógrafa para conferência de assinaturas, obtendo senhas e autorizando movimentação eletrônica, utilizando serviços bancários próprios às operações de comércio exterior ou quaisquer outros que lhe forem disponibilizados.
- Representar a sociedade em transações comerciais, podendo para tanto celebrar contratos ou acordos judiciais ou extrajudiciais em nome desta.
- Gerir as atividades da sociedade.
- Firmar patrocínio a eventos para promoção da sociedade.
- Poderes para entrar em todas as dependências da sociedade de forma irrestrita, bem como restringir a entrada de pessoas ESTRANHAS AO CONTRATO SOCIAL nas dependências da Administração desta.
- Praticar qualquer ato, ainda que não expresse nesta cláusula, para gerir e bem desenvolver as atividades da sociedade.

Parágrafo Primeiro - A renúncia ou destituição de qualquer Administrador deverá ser comunicada por escrito à Sociedade, tornando-se eficaz perante terceiros após a averbação no Registro de Empresas nos 10 (dez) dias subsequente e a publicação do ato de renúncia ou destituição nos termos da lei;

Parágrafo Segundo - O administrador fica dispensado de prestar caução e poderá receber remuneração, a título de pró-labore pelos seus serviços, a ser determinada por deliberação dos quotistas representando



75% (setenta e cinco por cento) do capital social, de acordo com as condições econômicas e financeiras da sociedade e com a experiência, dedicação e qualificação profissional do administrador.

Parágrafo Terceiro - De acordo com o disposto neste capítulo, o administrador têm todos os poderes necessários para administrar e representar a empresa isoladamente, praticando todos os atos necessários à consecução de seu objeto social, observando o disposto nos Parágrafos quinto e sexto desta cláusula.

Parágrafo Quarto - Em casos especiais, a Sociedade poderá ser representada por procurador (es) com poderes específicos, sendo que, o mandato deverá conter obrigatoriamente os atos e operações que o (s) mandatário (s) poderá (ao) praticar e o prazo de validade do mandato, com exceção dos mandatos outorgados a advogado (s) para representação em juízo ou em processos administrativos, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado.

Parágrafo Quinto - Sem prejuízo do disposto no *Caput* e os parágrafos desta cláusula, a prática dos atos de representação da Sociedade abaixo estipulados, tanto pelo Administrador, quanto por procuradores devidamente apontados, deve ser prévia e expressamente autorizada por escrito por quotistas que representem a maioria do capital social da Sociedade:

- a) O exercício do direito de voto em nome da Sociedade no que concerne às decisões de sociedades nas quais a Sociedade detenha participação societária;
- b) A compra, venda, transferência ou concessão de licença acerca de patentes, direitos autorais, segredos de comércio, tecnologia, “know-how”, marcas registradas, nomes comerciais, logotipos ou qualquer tipo de propriedade intelectual que seja de propriedade da Sociedade;
- c) A celebração de contratos que determinem a participação da Sociedade em *joint ventures*, sociedades, grupos, consórcios ou qualquer outro tipo de parceria com terceiros.
- d) A instituição de empréstimos a terceiros e/ou aos Administradores, exceto nos casos de instituição de créditos a clientes que estejam relacionados às atividades regulares da Sociedade;
- e) A tomada de qualquer decisão referente à distribuição de lucros e/ou investimento ou reinvestimento dos lucros da Sociedade, exceto no caso do parágrafo 3º do Art. 19.
- a) A criação de qualquer tipo de reserva que possa reduzir o montante dos lucros a ser distribuído aos quotistas, exceto no caso do parágrafo 3º do Art.19

Parágrafo Sexto – Reforçando as exceções condidas às limitações impostas ao administrador e/ou procuradores descritas no Parágrafo Quinto da Cláusula Quinta, reafirmamos que elas não se aplicam à celebração de contratos de compra e venda de equipamentos seja em operações particulares seja através de licitações públicas, podendo o Administrador e/ou procurador celebrar livremente os contratos sem qualquer restrição de valor ficando dispensada também a prévia autorização dos quotistas.

Parágrafo Sétimo - O Administrador não está autorizado a contratar qualquer obrigação estranha ao objeto social da Sociedade, nem a prestar aval, fiança ou qualquer outro tipo de garantia em nome da Sociedade, como mero favor a terceiros, sendo tais atos considerados nulos de pleno direito, não produzindo nenhum efeito para a Sociedade ou obrigando esta.

Parágrafo Oitavo - Qualquer autorização emitida para fins do Parágrafo Quinto deste artigo deve ser enviada por escrito (incluindo, mas sem se limitar, via fac-símile ou e-mail), devidamente assinada, ainda que eletronicamente, pelos quotistas ou seus representantes legais, devendo ser arquivada na sede da Sociedade.

Parágrafo Nono - Em cumprimento ao que estabelece nossa legislação, indica-se desde já a qualificação completa do ADMINISTRADOR: **HANGUANG LI**, chinês, inscrito no CPF/MF 707.367.796-12, RESIDENTE com RNM F635624-G, residente e domiciliado na Rodovia BR 381 – S/N, km 854, Distrito Industrial de Pouso Alegre-MG, CEP: 37556-830.

Parágrafo Décimo- Admite-se a nomeação e administradores por ato em separado, por decisão dos quotistas que representem 75% do capital social.

Cláusula Sexta – DA CESSÃO, ALIENAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS.



O sócio que pretender vender, ceder ou transferir total ou parcialmente as quotas possuídas deverá inicialmente, oferecê-las aos demais sócios, informando, nome, qualificação e endereço do ofertante, além do preço e condições oferecidas.

Parágrafo Primeiro - Os quotistas terão direito de preferência para aquisição das quotas, em igualdade de condições com a proposta recebida, na proporção de suas respectivas participações no capital social, excluída a participação do quotista alienante. Os quotistas interessados poderão adquirir eventuais quotas recusadas por outros quotistas, hipótese em que o respectivo direito de preferência relativo a tais sobras deverá ser exercido de forma proporcional à respectiva participação no capital social da Sociedade, excluídas as participações do quotista alienante e dos demais quotistas que não manifestem interesse em exercer o direito de preferência ora ajustado.

Parágrafo Segundo - Se decorridos 30 (trinta) dias após a notificação, as quotas ofertadas não vierem a ser adquiridas pelos quotistas ofertados, o quotista alienante ficará livre para, nos 30 (trinta) dias seguintes ao término desse prazo, promover a transferência das quotas ofertadas ao proponente indicado na notificação pelo mesmo preço, prazo, condições de pagamento e demais elementos constantes da oferta.

Parágrafo Terceiro - Caso a venda das quotas ofertadas não se conclua no prazo acima estabelecido, o quotista retirante sujeitar-se-á novamente ao mesmo procedimento convencionado.

Parágrafo Quarto - Toda e qualquer transferência de quotas efetuada sem a observância das disposições deste contrato serão consideradas nulas de pleno direito.

Parágrafo Quinto - Na interpretação deste contrato social, o termo transferência deve ser entendido de forma abrangente, incluindo qualquer cessão voluntária ou involuntária, venda, caução ou gravame sobre as quotas sociais ou seus direitos, ou promessa de cessão, venda, caução, penhora ou gravame sobre as mesmas quotas ou seus direitos

Parágrafo Sexto - Sem prejuízo do que foi estipulado acima, os quotistas poderão deliberar sobre a entrada de novo sócio na Sociedade, por decisão dos quotistas representando a maioria do capital social restante, excluídas nesta situação as quotas detidas pelo quotista alienante.

Parágrafo Sétimo - Respeitado o direito de preferência previsto neste os quotistas podem ceder as quotas da Sociedade que detêm a qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira quotista ou não.

Cláusula Sétima – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS.

Além das matérias indicadas em outras cláusulas deste Contrato Social, dependem de deliberações dos sócios, que serão tomadas em reunião, por quotistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, inclusive para os casos de alteração parcial ou total deste instrumento:

- a) a modificação deste Contrato Social, parcial ou integral, incluindo sem se limitar à redução ou aumento do capital social;
- b) a incorporação, fusão, cisão ou dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação; a designação e/ou alteração de sócio-administrador;
- c) a designação e/ou destituição de administradores não sócio nomeado no contrato social;
- d) o modo de remuneração dos administradores;
- e) o pedido de recuperação judicial ou acordo de recuperação extrajudicial
- f) a aprovação das contas da administração;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) a abertura e encerramento de filiais no Brasil ou Exterior;
- i) a distribuição de lucros;
- j) a outorga de fiança, aval ou garantia em negócios ou operações de terceiros, exceção feita aos negócios ou operações de suas subsidiárias ou coligadas;
- k) constituição de subsidiárias, sua dissolução e liquidação.
- l) a aquisição, alienação ou oneração de qualquer participação societária.
- m) a votação das participações societárias debatidas pela sociedade.
- n) a celebração de qualquer acordo referente às participações societárias debatidas pela sociedade.
- o) Definição da verba e do pagamento de qualquer outro benefício destinados aos Administradores;
- p) Aprovação do orçamento anual;



q) Admissão de novos quotistas e ingresso de herdeiros e/ou sucessores de antigos quotistas;

Parágrafo primeiro - O sócio dissidente de qualquer deliberação majoritária poderá retirar-se da sociedade, notificando deste seu propósito aos demais sócios, por escrito e contra recibo.

Parágrafo segundo - Os quotistas reunir-se-ão, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, nos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos Administradores, deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico e designar Administradores, quando for o caso, e, extraordinariamente, sempre que necessário para deliberar sobre assuntos de interesse da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a realização da Reunião Anual de Quotistas, as Demonstrações Financeiras da Sociedade deverão ser postas à disposição dos quotistas, por escrito, com prova de recebimento;

Parágrafo Quarto - A Reunião de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador da Sociedade ou por qualquer quotista, mediante notificação via carta registrada, fax ou e-mail com 8 (oito) dias de antecedência, com indicação das matérias a serem tratadas.

Parágrafo Quinto - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas neste Capítulo quando todos os quotistas comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Sexto - A assembleia geral ou a reunião de quotistas tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que será objeto delas.

Parágrafo Sétimo - As Reuniões de Quotistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de quotistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número de quotistas.

Parágrafo Oitavo - Qualquer quotista poderá votar por carta, fax ou e-mail ou poderá ser representado por outro quotista ou procurador mediante mandato com especificação dos atos autorizados a praticar, devendo o instrumento ser levado a registro juntamente com a ata.

Parágrafo Nono - As deliberações tomadas de conformidade com a lei e este Contrato Social vinculam todos os quotistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Cláusula Oitava – DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE.

A dissolução, falência, extinção, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, morte, a declaração judicial de incapacidade, a interdição, o divórcio, a exclusão ou a retirada de um quotista não causará a dissolução da Sociedade.

Parágrafo Primeiro - A dissolução, extinção, declaração de recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, retirada, exclusão, falecimento ou a declaração judicial de incapacidade, insolvência ou interdição de um quotista implicará, necessariamente, a oferta irrevogável das quotas deste quotista (o “Quotista Retirante”) aos quotistas remanescentes, que terão o direito, a critério exclusivo, de adquirir tais quotas pelo valor patrimonial, apurado pelo balanço especial efetuado na data da dissolução, falência, extinção, insolvência, exclusão, falecimento ou declaração de incapacidade, sem consideração de intangíveis de qualquer natureza, sendo tal direito oponível a terceiros.

Parágrafo Segundo - A opção de compra prevista neste capítulo deverá ser exercida pelos quotistas remanescentes em relação às quotas detidas pelo Quotista Retirante, mediante notificação expressa com 30 (trinta) dias de antecedência da ocorrência do evento que tiver dado ensejo ao exercício da mencionada opção.

Parágrafo Terceiro - A conclusão da transferência das quotas objeto da opção acima citada deverá ser concluída pelas partes envolvidas no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da ocorrência do evento que tiver dado ensejo ao exercício da mencionada opção.



Parágrafo Quarto - O pagamento ao Quotista Retirante ou a seus herdeiros, beneficiários, sucessores e/ou credores será feito em moeda corrente nacional, em 3 (três) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no prazo total de 90 (noventa) dias, a contar da data do balanço especial e em moeda corrente nacional.

Parágrafo Quinto - As opções decorrentes deste capítulo obrigam as partes e seus sucessores a qualquer título.

Parágrafo Sexto - No caso de falecimento ou declaração judicial de incapacidade, insolvência ou interdição de algum quotista, seus herdeiros, beneficiários, sucessores e/ou credores não serão admitidos à Sociedade, salvo mediante aprovação prévia e por escrito de quotistas representando a maioria do capital social restante, conforme aqui previsto.

Cláusula Nona – APURAÇÃO E PAGAMENTO DE HAVERES.

Nas hipóteses de dissolução parcial ou resolução da Sociedade com relação a um sócio, exclusão ou exercício do direito de retirada, com a impossibilidade de admissão de novo sócio, a quota a ser liquidada será calculada com base no valor contábil a data do respectivo evento, apurado em balanço especialmente para esse fim. O valor encontrado será pago em dinheiro ou bens em até doze meses, em até 90 dias, devidamente corrigido monetariamente pelo INPC e acrescido de juros mensais sobre o saldo devedor à base de 1% (um por cento) ao mês.

Cláusula Décima - DA EXCLUSÃO DO SÓCIO.

Os quotistas poderão ser excluídos da Sociedade nas hipóteses seguintes:

- a) Sócio Remisso. O sócio remisso, considerado como aquele que não efetuar as contribuições para o capital social na forma e prazo previstos, após o prazo de 30 (trinta) dias da notificação da Sociedade, poderá ser excluído da Sociedade, de pleno direito, ou ter a sua participação societária reduzida mediante deliberação de quotistas representando a maioria do capital social restante. A reunião que deliberar sobre a exclusão de quotista deverá ser convocada nos termos do 0 acima e nela será assegurado direito de defesa ao quotista cuja exclusão está sendo deliberada.
- b) Falência ou Liquidação da Quota. Será excluído da Sociedade, de pleno direito, o sócio declarado falido ou cuja quota tenha sido liquidada a pedido de credor habilitado.
- c) Prática de Atos Contrários à Continuação da Sociedade. Sócios representantes da maioria do capital social, mediante deliberação em reunião de quotistas especialmente convocada para esse fim, poderão excluir sócio minoritário que esteja pondo em risco a continuidade da Sociedade em virtude de atos de inegável gravidade.
- d) Inadimplemento ou Incapacidade. Sem prejuízo do acima exposto, o sócio pode ser excluído judicialmente, mediante iniciativa de quotistas representando a maioria do capital social, por falta grave no cumprimento das suas obrigações ou por incapacidade superveniente.
- e) Quotista Dissidente. O quotista dissidente de deliberação em Reunião de Quotistas, que verse sobre a modificação do Contrato Social, fusão, incorporação, cisão e transformação da Sociedade em outro tipo societário, poderá retirar-se da Sociedade, nos 30 (trinta) dias subsequentes à reunião.

Parágrafo único - No caso de exclusão ou retirada de quotistas, o quotista retirante ou excluído será reembolsado pelas quotas que detiver na Sociedade com base no critério fixado neste Contrato Social.

Cláusula Décima Primeira - DO BALANÇO, RESULTADOS E SUA APLICAÇÃO.

O exercício social coincidirá com o calendário civil, começando no dia 1º de Janeiro e terminando em 31 de Dezembro de cada ano, data em que serão levantadas as demonstrações financeiras do exercício.

Parágrafo primeiro - Ao término de cada exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo segundo - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão



sobre as contas.

Parágrafo terceiro - Os lucros ou prejuízos líquidos apurados conforme a legislação pertinente, anualmente, será dividida ou suportada pelos quotistas na proporção sua participação societária, podendo ainda, no caso de lucros e por decisão dos quotistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, serem retidos em conta de lucros em suspenso ou capitalizados.

Parágrafo quarto - A sociedade por deliberação dos sócios poderá levantar balanços e destituir lucros em períodos menores.

Cláusula Décima Segunda – DA CISÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE.

Por deliberação dos quotistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por centos) do capital social realizado, a sociedade poderá:

- a) Cindir-se, incorporar-se, fundir-se a outra sociedade, ou transformar-se em outra forma societária.
- b) Dissolver-se em caso de impasse nas deliberações sociais que impossibilitem a continuação dos negócios, bem como quando ocorrer:
 - I – O consenso unânime dos negócios.
 - II – A deliberação dos sócios, por maioria absoluta.
 - III – A falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias.

Extinguir-se nos demais casos previstos em lei.

Parágrafo primeiro - Em caso de liquidação da sociedade, os sócios nomearão um liquidante, a fim de que este proceda em conformidade com as leis vigentes à época.

Parágrafo segundo - Dissolvida a Sociedade, sua liquidação será procedida de conformidade com a disposição contida nos artigos 1.102 a 1.112, da Lei na 10.406, de janeiro de 2002.

Cláusula Décima Terceira - TIPO SOCIETÁRIO.

A sociedade poderá adotar qualquer outro tipo societário por deliberação dos sócios, sendo que estes desde já, renunciam expressamente ao direito de retirada em caso de mudança do tipo societário.

Cláusula Décima Quarta – DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO ADMINISTRADORES.

O Administrador nomeado **HANGUANG LI**, chinês, solteiro, empresário, nascido em 27/06/1982 e inscrito no CPF/MF 707.367.796-12, com documento de identidade emitido pela DIREX/PF/DF sob o n. RNM F635624-G, residente e domiciliado na Rodovia BR 381 – S/N, km 854, Distrito Industrial de Pouso Alegre-MG, CEP: 37556-830, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade (art. 1.011, § 1º, CC/2002);

Cláusula Décima Quinta - FORO DE ELEIÇÃO.

Fica eleito o foro da Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, por uma de suas Varas a que couber distribuição, como o único competente para conhecer e julgar qualquer procedimento judicial fundado neste contrato seja nas relações entre os sócios ou entre eles e a Sociedade, com renúncia expressa a qualquer outro que futuramente venha a ter por muito privilégio e especial que seja.

Cláusula Décima Sexta - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Parágrafo Primeiro - Para a consecução de seu objeto, a Sociedade poderá constituir subsidiária e

10



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10291625 em 18/04/2023 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 232033641 - 14/04/2023. Autenticação: FA333883A929A3797575B5E9864F6D8E77FB62. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/203.364-1 e o código de segurança cRo4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

participar do capital de outras empresas, na qualidade de sócio quotista ou acionista.

Parágrafo Segundo – Será ineficaz em relação à sociedade e nula de pleno direito, a cessão ou transferência de quotas, bem como, quaisquer outros atos praticados pelo(s) Administrador(es), sócio(s) quotista(s) ou procurador(es) que violem as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, respondendo o infrator, civil e criminalmente pela falta cometida.

Parágrafo Terceiro: A sociedade será regida pela Lei 10.406 de 2022 (Código Civil) e de forma suplementar pela Lei 6.404 de 1976 (Lei de Sociedade Anônima).

E por estarem assim justos e contratados assina digitalmente o presente instrumento: **(i) a sociedade XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA** por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70; **(ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED** por seu procurador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 e **(iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED**, por seu procurador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70

Pouso Alegre - MG, 08 de Março de 2023.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/203.364-1	MGN2326238115	14/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
707.367.796-12	HANGUANG LI
022.114.556-70	WANG YANSONG

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10291625 em 18/04/2023 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 232033641 - 14/04/2023. Autenticação: FA333883A929A3797575B5E9864F6D8E77FB62. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/203.364-1 e o código de segurança cRo4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Federal BR 381, sem número, KM 854, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.556-830, presente neste ato na forma de seu contrato social, por seu administrador Sr. **HANGUANG LI**, chinês, inscrito no CPF/MF sob o número 707.367.796-12 e portador da Carteira de Identidade RNE F635624-G, residente e domiciliado na Rodovia Federal BR 381, sem número, KM 854, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.556-830.

OUTORGADO: **THAÍS RODRIGUES MENDONÇA** – OAB/MG 124.369; **LUIZ HENRIQUE DOS REIS** – OAB/MG 126.094; **THAIS DE SOUZA PRADO** – OAB/MG 156.915; **ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO** – OAB/MG 158.269; **LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA** – OAB/MG 165.513; **ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR** – OAB/MG 178.303; **CAIQUE EDUARDO DOS REIS** – OAB/MG 206.080; todos com escritório profissional na Rua Dr. Sebastião Fagundes, número 315, Colinas de Santa Barbara, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP: 37.551-270.

FINALIDADE: Nomear e constituir procuradores e advogados os acima declarados outorgando-lhes os poderes constituídos na cláusula "AD JUDICIA", para o foro em geral perante qualquer instância juízo ou tribunal, nos termos do artigo 105 e seguintes do Código de Processo Civil, para propor as medidas judiciais e administrativas que se fizerem necessárias à proteção de meus interesses, e, defender-me daquelas que me forem opostas.

PODERES: a) propor ações de conhecimento, ações de execução, ações cautelares, ações por procedimentos especiais contenciosos ou voluntários, ou quaisquer outras admitidas no ordenamento jurídico nacional, em especial mandado de segurança; b) opor embargos, exceções, denunciação, nomeações e oposições de quaisquer espécies; c) receber intimações, contestar, impugnar e promover qualquer medida de defesa; d) requerer e impugnar cumprimento de sentença; e) recorrer e responder recursos destinados a qualquer Tribunal de segunda instância ou aos Tribunais Superiores; f) promover representações junto a Corregedoria de Justiça do Estado ou da Justiça Federal; g) promover as medidas e defesas necessárias perante os Tribunais Regionais do Trabalho; h) promover reclamações junto ao Supremo Tribunal Federal; i) representação perante os cartórios de registro civil, mercantil, de títulos e documentos, protestos, notas e imóveis; j) representação perante Juntas Comerciais; k) confessar; l) desistir; m) transigir; n) firmar compromissos; o) assinar e concordar com termos; p) receber e dar quitação; q) assinar recibos; r) requerer junto às repartições públicas Municipais, Estaduais, Federais e Autárquicas, podendo apresentar impugnações, recursos administrativos, propostas em licitações públicas; s) prestar declarações; t) promover denúncias às autoridades policiais e fiscais; u) Promover denúncias e instaurar procedimentos administrativos junto a agências regulamentadoras; v) Promover denúncias e instaurar procedimentos administrativos a qualquer órgão público; x) apresentar notícia crime; y) substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas; e todos os atos necessários à plena representação judicial e extrajudicial da outorgante, observada a finalidade deste mandato, o que tudo darei por firme valioso, como se presente fosse.

VEDAÇÃO: Receber citações.

O presente instrumento particular de procuração que me foi exibido e lido é nesta data assinado, para produzir todos os efeitos legais.

Pouso Alegre/MG, 19 de maio de 2023.

(assinatura digital)
XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
CNPJ 14.707.364/0001-10
Por: HANGUANG LI

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0557-02D3-75EE-2F14> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0557-02D3-75EE-2F14



Hash do Documento

6AA8B59043268A833E5F4FC3F5A430EE8226BEFB924249A0F298FC6FAD8D6D2A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/05/2023 é(são) :

☒ HANGUANG LI (Signatário) - ***.367.796-** em 19/05/2023 17:14
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

